

34

Porto: «Os jovens não gostam de ser imbecilizados!»

Joaquim Fidalgo

É SEGUNDA-feira de manhã e, talvez pela chuva, ou talvez pelas aulas (as frequências estão mesmo à porta), não há muita gente na Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto. Mas chega um e logo se lhe pede que vá fazer o cartaz-convocatória para uma Reunião Geral de Alunos daí a dias, em hora que pouco coincide com os testes em curso. Telefona-se a outro, pede-se que apareça, pois há uns papéis a dactilografar. Recebe-se uma chamada de Coimbra, é preciso ver se há concordância com os termos de um comunicado conjunto. Telefona-se para o Ministério da Educação, pede-se uma audiência «com o sr. ministro, pessoalmente», de acordo com o que ficara decidido entre os estudantes. Um sai entretanto, também ele tem umas lições para estudar apesar de tudo... Enfim, percebe-se que há um processo de luta em curso mas não propriamente uma «insurreição» organizada com o objectivo inconfessado de deitar o Governo abaixo. Além de que é preciso fazer as frequências...

«Apesar de tudo, já conseguimos que nos ouvissem, diz um dirigente da Associação. Pelos vistos fazer greve dá algum resultado!»

Na parede da sala, de mistura com cartazes, comunicados aos montes, autocollantes, mensagens, um recorte de «Le Monde» de Dezembro passado: «On veut étudier pour pas être CRS!». Ai, dois jovens liceais contam, com uma frieza simples e quase neutral, como foram «descobridores» a repressão policial que sobre eles se

abateu durante uma noite «quente» de manifestações em Paris. Fotocópias deste texto impressivo foram afixadas em muitos sítios da Faculdade de Letras do Porto. E as pessoas liam.

Influência psicológica

Será, então, que isto anda tudo ligado? Talvez, mas só de certo modo. Antes de mais, «responde» um comunicado dos estudantes portugueses datado da última semana, onde entenderam «deixar bem explícito à opinião pública que, se existem significativas coincidências entre a movimentação dos estudantes de Letras portugueses e os recentes fenómenos estudantis em França, na Itália, na Bélgica e Espanha, no que diz respeito a reivindicações fundamentais da

classe estudantil que sempre farão parte da sua herança histórica, se se regista até uma funda solidariedade entre todos estes movimentos, não se pode deixar de salientar que estas manifestações dos estudantes de Letras vêm já de há muito, nomeadamente dos seus Encontros Nacionais, o primeiro dos quais em Abril de 1985, e da sua paralisação geral de 15 de Janeiro de 1986».

Falando com os estudantes que de algum modo têm liderado as últimas movimentações (e a Associação do Porto tem, ao que parece, tido um papel relevante, o que já lhe valeu ser acusada pelos Colegas de Lisboa de «instrumentalização» por parte do PCP), percebe-se a sua vontade de não politizar a questão, quer porque ela

«não é política mas ligada a problemas muito concretos que urge resolver», quer porque «o Governo é que tem mostrado o máximo interesse em politizá-la para a desacreditar». Por razões óbvias, muito menos se admite que haja uma qualquer espécie de «conluio internacional» de claras motivações.

«Mas que estas coisas também não acontecem ao mesmo tempo por acaso, é um facto indesmentível», sublinha o dirigente Manuel Loff, admitindo que os movimentos no estrangeiro tiveram alguma «influência psicológica» entre os portugueses: «Havia gente que ainda em Outubro se pronunciava contra a greve, porque não havia condições, etc., etc., e em Dezembro já se mostrava favorável, quando via que a malta em França e na Espanha é que era, ao passo que nós, com os mesmo ou mais graves problemas, nos mantínhamos incapazes de fazer ouvir as nossas razões».

Manuel Loff, por ele, segue muito atentamente o que se passa lá fora, seja em França, em Espanha ou em Itália. E não hesita em dizer que o caso português «não chegará a ter o impacto daqueles» por variados motivos, entre os quais uma «mobilização menos generalizada», uma «política de diálogo mais inteligente que o Governo está a querer mostrar», uma certa «falta de solidariedade» e ainda o desejo da maior parte dos actuais líderes em não radicalizarem «gratuita e demagogicamente» o processo.

«Claro que, por isso, há também quem nos chame reformistas ou pior...», ironiza.

Esta posição, aliás, fica patente quando se refere ao movimento dos estudantes espanhóis como «muito contestatário mas possivelmente suicida», ao passo que descobre em França mais semelhanças com o processo português: num como noutro caso, diz, os jovens são «mais aburguesados e conformistas», num como noutro caso trata-se apenas de conseguir reivindicações concretas e bem especificadas.

Para que serve a Universidade?

Estas reivindicações têm, entretanto, um óbvio elo de ligação com o que se passa pela Europa toda: com aspectos particulares aqui e ali, o que está fundamentalmente em causa para os estudantes é o emprego. Emprego desde logo como estudantes (e levam-se aqui os problemas de selectividade, de «números clausus», de escolha profissional em vez de imposição «à falta de melhor»), e emprego no fim do período de estudo. Ou, mais linearmente, um lugar nesta sociedade.

Como se sabe, as actuais movimentações dos estudantes portugueses confinam-se às faculdades de Letras (embora já haja casos idênticos nas escolas de Belas-Artes e em Institutos Superiores como os de Educação Física ou de Engenharia). Fala-se delas como de «fábricas de desempregados», pergunta-se que formação profissional dão (se devem dar) aos seus alunos, aponta-se o número de nove mil licenciados já sem emprego.

Na prática, os 12 mil estudantes das faculdades de

Letras têm pela sua frente uma única saída profissional: a docência. «Mas essas faculdades fazem de conta que não sabem deste facto e continuam a querer dar às pessoas uma formação cultural e científica, interessante talvez, que esbarra com a ausência de saídas», diz um estudante. No fundo, muitos deles querem que as suas escolas aceitem sem subterfúgio que, efectivamente, formam professores — ou melhor, indivíduos que vão ser professores... E, aceitando-o, façam as correspondentes alterações curriculares.

Claro que isto não resolve o problema todo, tanto mais que há já outro tipo de escolas (entre as quais as universidades novas) a formar mesmo professores e, sobretudo, esse mercado de trabalho está saturado ou em vias de saturação. É também com este pano de fundo que os estudantes equacionam a questão de modo especial, designadamente repudiando as afirmações do ministro João de Deus Pinheiro, quando ele diz ser impossível encontrar, na Função Pública, colocação para todos os licenciados de Letras. «Nunca foram essas as reivindicações imediatas dos estudantes», contrapõem estes, especificando: «Aquilo que sempre foi reivindicado centra-se no direito de todos os estudantes, a toda a formação teórica possível que venha a ser fornecida pelas faculdades» no sentido da formação profissional. Acrescentam, no entanto, que não esquecer o direito ao trabalho «um dos fundamentais direitos constitucionais». O problema recoloca-se, pois. E é admissível que venha a colocar-se nos próximos tempos...

Os «sindicatos» de estudantes

«Para além dos graves problemas pedagógicos que nos afectam, e que também temos discutido, é indiscutível que o grande espectro que sentimos diante de nós é o do desemprego — insiste Manuel Loff. Os jovens querem participar na sociedade, estão talvez a redescobrir o gosto da participação. E um desempregado não participa, para e simplesmente...» Assim, a questão de «transformar já a sociedade», como querem os marxistas, «fica pragmaticamente de lado».

É neste pragmatismo que os estudantes acabam por se encontrar. «mesmo tendo as mais diversas posições ideológicas ou não tendo nenhuma» — acrescenta o mesmo dirigente associativo. Nesta sua perspectiva, o processo estudantil — tal

como é encarado do Porto, algo diferentemente de Coimbra ou Lisboa — está muito menos politizado do que sindicalizado: «Funcionamos na prática como um sindicato, preocupado com as questões de emprego dos seus «sócios» — a mesma questão que preocupa o normalíssimo jovem português. Nesta perspectiva, nós, estudantes universitários de Letras, perdemos um pouco aquela ideia da elite e de que somos os grandes construtores da sociedade futura, os ideólogos, tudo isso. O que queremos é ter trabalho depois da Universidade...»

Mais emprego e menos política?

É esta «sindicalização» do processo que acaba por trazer certas conotações políticas (embora a solidariedade de alguns sindicatos de professores não possa olhar-se linearmente e talvez ainda chegue a divergências, por objectivo conflito de interesses entre associados...). E conotações políticas vêm também, como se queixam alguns, do facto de as organizações político-partidárias da juventude andarem muito por baixo: atadas à dificuldade em intervir activamente no seio dos jovens, e frequentemente ultrapassadas por dinâmicas «de massas» (como pode ser uma simples RGA...), procuram atrelar-se aos processos de luta.

Ainda assim, também o caso português não parece

fugir à regra constatada, em maior ou menor grau, nas movimentações estudantis estrangeiras: dificilmente se deixa enredar numa teia político-partidária estrita, ganhando antes uma dinâmica própria que os políticos nem sempre conseguem explicar — quanto mais acompanhar...

«Se calhar a juventude não é tão conformista como se diz e se calhar toda a gente, da Direita mas também da Esquerda, tem que rever o seu discurso sobre a juventude — conclui Manuel Loff. Especificamente, é falso que se esteja a colocar a juventude contra o Governo. O Governo é que pensou, decerto, e mal, que a juventude é dele. Os jovens até podem em grande medida estar de acordo com os valores deles — o liberalismo, a iniciativa privada, a família, a Igreja, o poder... Só que, antes disso tudo, os jovens não gostam de ser imbecilizados — ou desempregados».

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Organizar estudantil